



Bancos públicos e FGTS em pauta

Além das reformas que movimentam o Congresso Nacional, a defesa dos bancos públicos e da aplicação dos recursos do FGTS no desenvolvimento do Brasil também estão em pauta nesta agitada semana em Brasília. Confira

Criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos - As ações para criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos ganham impulso nesta semana. A coordenadora do Comitê, Rita Serrano, está em Brasília e participa na tarde de hoje (3) de encontro com o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) para tratar do assunto. Lindbergh é autor do Projeto de Resolução para criação da Frente, que já tem a adesão de outros parlamentares. A Frente vem reforçar a campanha “Se é público, é para todos”, lançada nacionalmente em junho passado. Começou a ser articulada no mês de outubro e depende da coleta de 200 assinaturas. A expectativa é de possa ser criada até o final desse mês ou início do próximo, quando está programado seminário sobre empresas públicas. A campanha “Se é público, é para todos” divulga a importância da defesa de empresas e serviços públicos ameaçados pelo governo Temer.

Audiência Pública sobre mudanças no FGTS

- Rita Serrano, que também é representante dos empregados da Caixa no Conselho de Administração da empresa, participa, na manhã desta quinta, 4, de audiência pública no Senado sobre a Medida Provisória (MP) 763. Essa MP

é a mesma que autorizou o saque das contas inativas do FGTS, e inclui entre seus itens a distribuição de lucros do fundo, que seria autorizada pelo Conselho Curador sob algumas condições. De acordo com o governo federal, haveria mais rentabilidade no FGTS (atualmente de 3% ao ano mais TR) repassando-se parte dos juros nas aplicações em títulos públicos. A MP ressalva que o montante do repasse do lucro será calculado depois do total desembolsado para o Programa *Minha Casa, Minha Vida*, e que o valor da divisão creditado não fará parte da base de cálculo do depósito da multa rescisória. Antes dessa MP, porém, o lucro do FGTS era reaplicado no próprio fundo, principal fonte de recursos para os financiamentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura. Só no ano passado o ganho chegou a R\$ 13 bilhões. “Aumentar a rentabilidade do FGTS é reivindicação antiga, inclusive da CUT. Mas é preciso estar muito atento a qualquer mudança para evitar que os recursos deixem de ser investidos no desenvolvimento do País ou que o trabalhador seja prejudicado ao receber seu FGTS em caso de demissão, por exemplo”, aponta Rita, destacando que foram apresentadas várias emendas que, se aprovadas, poderão desvirtuar o uso dos recursos.

Posse da nova diretoria da Fenaé - Também nesta quinta ocorre em Brasília a posse da nova diretoria da Fenaé. As eleições deram vitória à chapa 1, reconduzindo Jair Ferreira à presidência da entidade. Rita Serrano integra o Conselho Fiscal da nova gestão.

Entre em contato conosco e participe!

comiteempresaspublicas.com.br
publiccomite@gmail.com

 /COMITEEMPRESASPUBLICAS